

A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM MATO GROSSO

Rosinete Maria dos Reis
UFMT

RESUMO

O presente estudo tem como proposta de estudo analisar o processo de reconstrução da escola pública primária no Estado de Mato Grosso, no período de 1910 a 1927, com o propósito de compreender as vicissitudes que levaram à criação dos grupos escolares e às mudanças que esse modelo institucional proporcionou ao sistema educacional. Trata-se de uma pesquisa, cujo tema central de investigação é realizar uma análise da estrutura organizacional e funcional dos grupos escolares, descrevendo como se implementaram estas escolas, quais mudanças foram introduzidas e quais concepções acerca do fazer pedagógico foram produzidas no âmbito dessas instituições.

Palavras chave: *História da Educação – Grupo Escolar – Instrução Pública – República.*

ABSTRACT

This study aims at analyzing the process of rebuilding the primary public school in the state of Mato Grosso, between 1910 and 1927 with the purpose of understanding the changes that were responsible for the creation of primary schools and the changes that this institutional model brought to the educational system. It is a research, whose central theme of investigation is to make an analysis of the organizational and functional structure of primary schools, showing how these schools were implemented, what changes were introduced and what conceptions about the pedagogical work were introduced in the scope of these institutions.

Key words: *History of Education – Primary School - Public Instruction – Republic*

Considerações iniciais

Este artigo apresenta parte do referencial teórico metodológico da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada “Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso de 1910 a 1927”, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá e defendida no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 2003. O tema central da investigação converge para a análise da estrutura organizacional da escola pública primária no Estado de Mato Grosso, nesse período, com o propósito de se compreenderem as vicissitudes que levaram à criação dos grupos escolares, as mudanças que esse modelo institucional proporcionou ao sistema educacional e as concepções, acerca do fazer pedagógico, produzidas em seu interior. Do tema proposto derivaram algumas problematizações, não em busca de “verdades” imutáveis, mas sim com o intuito de trazer à tona as múltiplas facetas que fizeram parte daquele contexto histórico e que ainda estão presentes, embora inconscientemente, nos sujeitos da atualidade. Na construção deste artigo apresentam-se as fontes utilizadas e os aportes metodológicos, bem como as análises que compõem o estudo.

O objeto da pesquisa

A criação dos grupos escolares surgiu no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da cultura popular. Denominada inicialmente de escolas “graduadas, seriadas ou centrais”, esse modelo pressupunha um sistema de ensino mais ordenado e de caráter estatal, com um programa enciclopédico, de acesso obrigatório e universalizado.

A organização das escolas em grupos, a partir de agosto de 1910, presumia um novo modelo de instituição desde sua estrutura física até as relações intra-escolares constituídas de acordo com a racionalidade científica e a divisão do trabalho do professor e dos outros funcionários (diretor, aluno, porteiro e serventes). Delineou-se naquele momento uma política de formação e de escolha de dirigentes para a educação, por meio de mecanismos tanto de estímulo, quanto de punição. No reforço à autoridade e na divisão de responsabilidades, esperou-se maior empenho para instruir a população.

A criação dos famosos grupos escolares, apesar de parecer-nos atualmente pouco moderna, foi um projeto altamente inovador para a época, tanto por reunir num mesmo prédio várias crianças e professores sob a orientação e a administração de um professor que assumia a função de Diretor, quanto por permitir a organização do ensino em séries, possibilitando ao docente maior dedicação à instrução de crianças com o mesmo nível de aprendizado. Em razão dessa nova sistemática, foi possível introduzir as classes e as séries, compatibilizando o ensino à idade e ao estágio de aprendizagem das crianças.

A moderna escola estatal mato-grossense, representada pelo Grupo Escolar, surgiu com a tarefa primeira de, por meio do ensino, garantir que a população em seu conjunto fosse homogeneizada, e, para tanto, o conhecimento das primeiras letras e das noções de coisas era requisito básico.

A organização dos programas e dos currículos dos grupos escolares e da Escola Modelo de Mato-Grosso estava intimamente ligada à organização do tempo escolar e, conseqüentemente, aos métodos adotados e à distribuição das turmas e das classes. Com o aumento da demanda por escolarização, os prédios tiveram de se adequar aos princípios pedagógicos modernos, e sua arquitetura deveria atender à divisão de sexos e às diferentes jornadas: manhã, tarde e noite. Tais mudanças permitiram a ampliação do espaço de trabalho da mulher nas escolas e na sociedade, uma vez que elas foram divididas em seções masculinas e femininas, possibilitando a participação de um número expressivo de alunas nas Escolas Normais.

Os grupos escolares passaram a ter, antes de tudo, uma força moral, cívica e educativa, sendo responsáveis pela ordem temporal da vida social dos alunos, com horários determinados de entrada e de saída da instituição, bem como de descanso.

Fontes e métodos

A pesquisa objetivou a compreensão dos processos de construção de normas regulamentadoras e produtoras de relações pedagógicas no interior dos grupos escolares, que acabaram por gerar discursos, modos de pensar, hábitos e atitudes veiculados como “corretos”, e, em muitos aspectos, incorporados pelos profissionais da educação.

Também motivou a realização desta investigação a incessante busca pela compreensão das inquietações acerca do processo de institucionalização das escolas graduadas em nosso Estado bem como o interesse de esclarecer o modo pelo qual, num determinado período histórico, uma proposta disciplinadora e moralizadora deu origem ao modelo de instituição que hoje temos.

O estudo firmou-se ainda no objetivo de recuperar e reconstruir, sob um novo olhar, o modelo institucional adotado até então nas escolas públicas de Mato Grosso. Desmascarando certas verdades complacentes que acabaram por gerar problemas contemporâneos, protegidos com desvelo nos discursos ou nas práticas dos atores e espectadores do contexto educacional. A organização curricular seguida de critério de seleção dos conteúdos, agrupamentos dos alunos em classes e por séries e reprovação foram entendidos como fatores decorrentes da apropriação e disseminação do modelo de organização a partir dos grupos escolares.

Como método, optou-se por realizar uma pesquisa investigativa privilegiando o uso de fontes documentais, disponíveis no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), como relatórios da diretoria, mensagens governamentais, regulamentos da Instrução Pública Primária, regimento interno dos grupos escolares, entre outros. Foram feitas leituras, análises de jornais e periódicos publicados na época, que abordaram questões referentes à temática.

Procedeu-se ao diálogo com interpretações que partem da concepção de educação enquanto instrumento de conformação social, então produtora de uma visão de sociedade harmônica, ordeira e produtiva.

A análise da documentação permitiu-nos entender como a educação, assentada nas proposições liberais, configurou-se no projeto de um regime federativo de governo que detinha a direção política da sociedade e encaminhava propostas que contribuíram de forma significativa para a construção de um sistema público de ensino em Mato Grosso.

A tarefa de compreender o significado e as inovações trazidas pelas Reformas da Instrução Pública primária em Mato Grosso de 1910 a 1927, exigiu muita atenção e cuidadosa análise, também, das representações constantes no discurso dos reformadores acerca da organização escolar e dos métodos de ensino utilizados e apropriados por outros sujeitos da reforma: autoridades políticas, diretores de escola, pais de alunos e, principalmente, pelos professores e alunos.

A escolha do objeto da pesquisa foi decorrente de investigação preliminar em que se identificaram vários estudos sobre a história da educação em Mato-Grosso na passagem do século XIX para o século XX, dentre os quais em nenhum deles o Grupo Escolar mereceu papel de destaque. Assim sendo, no presente trabalho houve a apropriação de um objeto de estudo distinto daqueles presentes em estudos anteriores, dos quais retomo algumas discussões, focalizando novas questões e formulando novas problematizações.

A opção pelo recorte cronológico e temático circunscreveu-se na reconstrução de um aspecto ainda pouco abordado pela historiografia regional, visando contribuir para o aprofundamento de pesquisas futuras.

A periodização escolhida (1910-1927) deu-se por dois motivos centrais: primeiro, por nos ter permitido investigar em que medida as reformas educacionais ocorridas em Mato Grosso acompanharam a mudança do regime político, já que elas foram pensadas no interior de um amplo movimento de reordenação social, segundo, por nos ter possibilitado compreender o processo de reconstrução da escola pública primária mato-grossense, a qual temos como legado.

No cotejo das diferentes fontes já citadas, buscou-se analisar e compreender a estrutura organizacional dos Grupos Escolares em Mato Grosso.

Abordou-se inicialmente o contexto político e educacional brasileiro em consonância com o da região mato-grossense, quando a relação com a República constituiu o pano de fundo dessa história. Na sequência, foram discutidos os antecedentes da Reforma de 1910 e os desdobramentos e implicações desencadeados após sua implantação. Foi também

adicionado um breve estudo comparativo entre os regulamentos de 1896 e o de 1910, e, a respeito deste último, a interpretação realizada por alguns intelectuais de Mato Grosso mostrou que houve uma contradição entre o pensado e o vivido.

Num segundo momento, analisou-se a atuação dos professores paulistas na divulgação/implementação do processo de institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso, foram discutidas as razões da implantação desse modelo de instituição escolar primária, ressaltando as implicações político-ideológicas e as influências aos moldes educacionais dos países e Estados considerados mais avançados. Isso, sem perder de vista a experiência da Escola-Modelo, a estrutura organizacional dos grupos escolares e as nuances presentes na nova forma de organização administrativa e pedagógica.

Na terceira parte, discutiu-se a introdução dos métodos intuitivo e simultâneo em substituição aos procedimentos tradicionais e ao ensino individualizado. Fez-se uma pequena abordagem do Regulamento de 1927 no intuito de explicar qual foi a sua importância e o diferencial que trouxe para o sistema de ensino de Mato Grosso.

Na sequência, analisou-se também a estrutura arquitetônica dos primeiros edifícios construídos para abrigar os grupos escolares, embora numa incursão inicial.

Procurou-se tecer algumas considerações para finalizar o texto focalizando os acontecimentos de outrora, porém, foi indubitável uma certa aproximação com acepções da atualidade, visto que o papel do historiador não é o de fazer uma construção fidedigna do passado, mas interpretá-lo, reconstruí-lo e recriá-lo de maneira que deixe transparecer, em seu conteúdo, elementos próprios.

A implantação dos grupos escolares

No início do século XX, Pedro Celestino Corrêa da Costa assumiu a presidência do Estado de Mato Grosso - primeiro mandato, de 12 de outubro de 1908 a 15 de agosto de 1911, num período de dois anos, 10 meses e três dias. Durante sua administração, apresentou um extenso programa governamental, tendo sido o principal objetivo industrializar o Estado oferecendo a infra-estrutura necessária. Percebeu-se então que, para proceder a essa reforma e conseguir atingir sua meta, deveria modernizar o sistema escolar. Ao perceber a precariedade da rede pública de ensino, Pedro Celestino realizou uma reforma no ensino primário, quatro dias após sua posse no governo, começando pela implantação dos grupos escolares mediante um Regulamento promulgado nas primeiras décadas do século XX. Nele, reafirmava-se que o futuro da instrução popular era a base fundamental de todo o progresso social. Seguindo esse objetivo, conseguiu elevar o número das escolas isoladas, que, de 42, em 1908, passou a 104, em 1909, desencadeando um significativo aumento do número de crianças matriculadas.

Pedro Celestino realizou seu intento no ano de 1910, e os pressupostos da reforma consistiam em criar os grupos escolares, destinados a reunir em um só estabelecimento várias escolas isoladas. Segundo Amâncio (2000, p. 83), “A reforma da Instrução Pública, foi consubstanciada por um Regulamento no ano de 1910 que se constituiu num instrumento chave, pois ele vai desencadear uma série de ações e decisões muito importantes para o ensino em Mato Grosso”.

Esse Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 265 de 22 de outubro do mesmo ano e composto por 215 artigos, acenava para uma nova direção da Instrução Pública em Mato Grosso.

Como não havia no Estado professores considerados qualificados para executar semelhante reforma, o governo estadual resolveu buscar em São Paulo três professores

paulistas para assumir tal responsabilidade: Leowigildo Martins de Mello, Gustavo Kuhlmann e Waldomiro de Oliveira Campos.

Chegaram eles a Mato Grosso em outubro de 1910 e logo assumiram a tarefa, que teve início com a criação de uma Escola Normal e de dois grupos escolares na capital, amparada pelo decreto n. 108. Foi nomeado Diretor da Escola Normal e Modelo anexa, o professor Leowigildo Martins de Mello. Esse período foi considerado como o da “Revolução do Ensino”.

O novo modelo, representado pelo Grupo Escolar, simbolizou a materialização do ideal de renovação pedagógica defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense, entendido como condição para a modernização da escola pública e responsável pela formação do cidadão republicano.

Os grupos escolares, criados oficialmente no Mato Grosso pela Lei n° 508 de 1908, inovaram a Reforma da Instrução Pública Primária de 1910. Os mato-grossenses conviveriam, a partir de então, com uma estrutura escolar moderna, possível graças à chegada dos mestres paulistas.

A escola modelo

A Escola Modelo “Barão de Melgaço” foi uma instituição de ensino primário que serviu de “oficina pedagógica” para os alunos da Escola Normal, além de ser o espelho para as demais escolas primárias do Estado. Algumas normas administrativas e pedagógicas foram criadas a fim de regulamentar essa instituição de ensino, que representava a inovação pedagógica e tinha como dupla função: lecionar as primeiras letras aos alunos do ensino primário e destinar-se a prática pedagógica obrigatória dos alunos do 2º e 3º anos normais. De acordo com o Regulamento da Escola Normal, decreto n° 353, cap. 12, art. 131, ficou estabelecido que anexo a ela haveria um Grupo Escolar. Conforme diz o parágrafo único: “O Grupo Escolar será denominado “Escola Modelo anexa” e será destinado a preparar preliminarmente as crianças de ambos os sexos e a prática dos alunos do 3º ano e do 4º ano do curso Normal, servindo de *typo* para todos os grupos escolares do Estado”. Oportunizava-se aos normalistas que colocassem em prática o que aprendiam na teoria. Estudavam no período da manhã, na Escola Normal, e, à tarde, lecionavam nas turmas de ensino primário, na Escola Modelo.

Os professores paulistas, bem como as autoridades educacionais mato-grossenses, com base nos ideais de Caetano de Campos, argumentavam em seus Relatórios e nos discursos que proferiam a idéia de que seria impossível ser mestre em tais assuntos sem antes praticar; portanto, para ensinar era preciso, antes de tudo, aprender como fazer.

A Escola Modelo era composta de 10 classes e funcionava inicialmente em regime de cinco anos; compreendia o curso elementar (4 anos) e o complementar (1 ano); e era dividido em seções masculina e feminina, cabendo às mulheres lecionar somente para as primeiras séries do ensino primário. Só a partir de 1922 é que essa instituição passou a ter a mesma estrutura do Grupo Escolar, com a redução do seu curso para quatro anos.

O corpo administrativo era constituído pelo Diretor da Escola Normal, por um professor adjunto, um porteiro e dois serventes. Conforme estabelecido no art. 132 do Regulamento da Escola Normal, “a Escola Modelo, que é parte integrante da Normal, será dirigida pelo Diretor desta última e obedecerá à orientação pedagógica que lhe imprimir a congregação da Escola Normal”, estes dados são também apresentados no quadro demonstrativo dos funcionários dos grupos escolares (MATO GROSSO, 1914).

À Escola Normal caberia o conhecimento científico, e, à Escola Modelo, a aplicação dos fundamentos adquiridos pela teoria, ou seja, colocar a teoria em prática.

A Escola Modelo, na visão dos intelectuais de Mato Grosso, era mais que simples escola de prática de ensino: ela deveria ser uma instituição modelar, paradigma de escola primária a ser seguido pelas demais.

Além disso, era também a garantia de reafirmar o *status* do professor, pois esses normalistas, depois de formados, teriam a preferência nos concursos destinados ao preenchimento de cadeiras dos cursos primários da rede estadual. A Escola Modelo inspirou o ideal de escola gratuita e estatal e o uso do termo “modelo”, significava reportar àquilo que era tido como ideal.

A estrutura organizacional dos grupos escolares

A educação em Mato Grosso, logo após o advento da República, foi pensada no interior de um processo modernizador que pretendia equipará-la aos padrões dos Estados mais desenvolvidos da nação, e, nessa direção, a população deveria ser formada para bem retratá-la diante dos mais “cultos”. Sob essa orientação, as escolas foram incorporadas a um sistema mais amplo da Instrução Pública, cuja estrutura organizacional tinha no topo da pirâmide os presidentes de Estado, seguidos dos Diretores Gerais, da Inspetoria, dos Diretores das escolas e, por fim, dos os professores e alunos.

A organização do sistema escolar dentro desse encadeamento tinha por base novos e sofisticados elementos estruturais, implementados para garantir maior sustentação à instrução pública, importante ramo da administração na primeira República.

Foi a partir de 1910, com a Reforma da Instrução Pública nesse mesmo ano e a implantação dos grupos escolares e da Escola Normal, que o ensino em Mato Grosso passou a revestir-se de maior importância. Essas instituições começaram a funcionar como focos de atração e como local especificamente criado para formar os futuros cidadãos mato-grossenses.

Para melhor compreender a estrutura organizacional da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso é preciso considerar que ela se constituía mediante a nítida divisão entre o ensino primário e o secundário: aquele seria ministrado nas escolas isoladas, urbanas e rurais, e nos Grupos escolares; este seria administrado no Liceu e nas Escolas Normais. Todavia, essa caracterização preliminar deve ser compreendida como hierárquica em relação ao tratamento dispensado a cada uma dessas escolas. Pela fala oficial, pode-se dizer que essa ordem era estendida até mesmo para a qualidade do ensino, sendo possível perceber em ordem crescente tal hierarquização: isoladas rurais e urbanas, reunidas, grupos escolares, Escola Modelo e complementar e, por último, a Escola Normal. Essa escala foi estabelecida pelas diferenças das condições materiais, da formação dos professores, dos tipos de orientação e fiscalização a que estava submetida. As piores condições, conforme as falas oficiais, estavam, sem dúvida, localizadas nas escolas isoladas, sendo elas objeto de preocupação constante nos Relatórios de diretores e inspetores.

Dentro dessa lógica inovadora, a estrutura organizacional dos grupos escolares seguia o seguinte direcionamento: a) os Grupos Escolares eram instituições subordinadas à autoridade do Diretor Geral da Instrução Pública e dos Inspetores Escolares, assim como do Governo do Estado; b) reuniria em um só prédio de oito a dez classes, dividida em duas seções: masculina e feminina; c) cada classe deveria conter, no máximo, 45 alunos, e, no mínimo, 16; d) o corpo administrativo e pedagógico seria composto por um Diretor (que era também professor), um professor adjunto para cada classe, um porteiro e dois serventes.

De acordo com o artigo primeiro do Regulamento de 1910, a estrutura organizacional do ensino primário no Estado de Mato Grosso determinava que o ensino seria leigo e financiado à custa dos cofres públicos estaduais, conferindo a todos os indivíduos, de ambos os sexos e sem distinção de classes nem de origem, o direito de acesso à educação escolar.

Conforme dados do referido Regulamento, o ensino primário estruturava-se em quatro modalidades: grupos escolares e escolas isoladas - urbanas e rurais-, sendo que os primeiros somente seriam criados, pelo governo, nas sedes dos distritos em que houvesse, no mínimo, seis escolas no perímetro fixado, reunindo-as em um só prédio.

Os grupos escolares organizavam-se seguindo os preceitos dos Regulamentos da Instrução Pública, fixando que as escolas seriam divididas em seção feminina e seção masculina, e o ensino ministrado por professoras.

Os grupos escolares também enfrentaram dificuldades diversas devido à falta de verbas, gerando más condições físicas, falta de manutenção dos prédios, precariedade de materiais escolares, má formação e baixos salários do corpo docente, além das dificuldades dos professores em assimilar a nova metodologia de ensino imposta por essa estrutura organizacional.

A proliferação dos grupos, também chamados de “palácios-escolas”, deveria marcar definitivamente o fim da prática de se ministrar aulas nas casas dos professores, tão comum nos tempos imperiais. Aos novos edifícios atribuía-se uma função pedagógica expressa por Souza (1998, p. 123): “os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver!”.

Considerações finais

Durante o período que compreende a primeira República, os avanços alcançados pela instrução permitiram que a escola pública primária fosse reinventada tanto em suas bases organizacionais como funcionais. Tais avanços acompanharam as mudanças sociais que também ocorriam no âmbito nacional e que proporcionaram rompimento com as antigas estruturas pedagógicas do sistema escolar. A base de toda essa mutação teve como pressuposto a idéia de que a instrução deveria ser ampliada de forma que atingisse toda a população do Estado. Nessa direção, a busca por instrução adquiriu proporções inesperadas, culminando com um aumento qualitativo e quantitativo das escolas e desencadeando um rompimento com as concepções vigentes no antigo regime.

A expansão da escolarização pretendida pelos republicanos paulistas no início do regime estava ancorada num conjunto de concepções que, além de fornecerem estratégias de ação, serviam para explicar as medidas adotadas para se governar o país. Nesse sentido, é possível analisar as tentativas de difusão da escola pública leiga e gratuita, observando os múltiplos argumentos utilizados quando se tratava de justificar a importância das medidas adotadas.

Embora os líderes dos movimentos escolares tivessem diferentes visões de Ciência, todos pensavam que a forma científica de organizar as atividades escolares e o desenvolvimento moral das crianças era progressivo. Sob o paradigma da modernidade, deveriam ser produzidos cidadãos imbuídos da lógica de organização social que se impôs e se enraizou legitimando-os como verdadeiros *Palácios da Instrução*.

Bibliografia e Documentação

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso**: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, São Paulo, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. Brasiliense: São Paulo, 1989.

MATO GROSSO. Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. Regulamenta a Instrução Pública Primária. **Coleção de Leis e Decretos**. Cuiabá: [s.n.], 1910. APMT - Livro n. 213, p. 119-153.

_____. Decreto nº 68, de 20 de junho de 1896. Regulamenta a Instrução Pública Primária. **Coleção de Leis e Decretos**. 1893 a 1896. Cuiabá: [s.n.], 1896. APMT - Livro n. 4, p. 66-100.

_____. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Regulamenta a Instrução Pública Primária. **Coleção de Leis e Decretos**. Cuiabá, [s.n.], 1927. p. 163-227. APMT.

_____. **Decreto nº 353, de 13 de janeiro de 1914**. Dá novo regulamento à Escola Normal e Modelo Anexa. Cuiabá 13 jan. 1914. APMT.

REIS, Rosinete Maria Reis. **Palácios da instrução**: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927). Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.